

Julho	158.565.602,00	26.554.933,00	185.120.535,00	ANEXO I	
Agosto	158.565.602,00	26.554.933,00	185.120.535,00		
Setembro	158.565.602,00	26.554.933,00	185.120.535,00		
Outubro	158.565.602,00	26.554.933,00	185.120.535,00		
Novembro	158.565.602,00	26.554.933,00	185.120.535,00		
Dezembro	158.565.575,00	26.554.880,00	185.120.455,00		
Total	1.913.464.946,00	320.595.112,00	2.234.060.058,00		

Defensoria Pública da União

GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

PORTARIA Nº 50, DE 22 DE JANEIRO DE 2020

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994;

Considerando o disposto no art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, combinado com o art. 59 da Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019; , resolve:

Art. 1º Publicar o Cronograma Anual de Desembolso Mensal do Órgão 29.000 - Defensoria Pública da União - referente ao exercício financeiro de 2020, com os valores estabelecidos no anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABRIEL FARIA OLIVEIRA

29000 - DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO				
CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL - 2020				
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS/OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL				
MESES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		OUTRAS DESPESAS CORRENTES E CAPITAL	
	MENSAL	ACUMULADO	MENSAL	ACUMULADO
JANEIRO	45.000.000	45.000.000	20.787.253	20.787.253
FEVEREIRO	25.390.236	70.390.236	20.787.253	41.574.506
MARÇO	25.390.236	95.780.472	20.787.253	62.361.759
ABRIL	25.390.236	121.170.708	20.787.253	83.149.012
MAIO	25.390.236	146.560.944	20.787.253	103.936.265
JUNHO	25.390.236	171.951.180	20.787.253	124.723.518
JULHO	25.390.236	197.341.416	20.787.253	145.510.771
AGOSTO	25.390.236	222.731.652	20.787.253	166.298.024
SETEMBRO	25.390.236	248.121.888	20.787.253	187.085.277
OUTUBRO	25.390.242	273.512.130	20.787.253	207.872.530
NOVEMBRO	38.500.000	312.012.130	20.787.253	228.659.783
DEZEMBRO	27.200.000	339.212.130	20.787.254	249.447.037
Nota 1: Esta programação poderá sofrer alterações em função de serviços extraordinários, sentenças judiciais, limitação de empenho, despesas de exercícios anteriores ou créditos adicionais.				
Nota 2: Os valores com pessoal e encargos sociais representam seus dispêndios brutos.				

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

PORTARIA Nº 73, DE 22 DE JANEIRO DE 2020

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, no uso das atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do artigo 54 e § 2º do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte referente ao terceiro quadrimestre de 2019, constante dos anexos I, II, III e IV desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MÁXIMO

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														R\$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS													
	(Últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS¹ (b)
	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Set/19	Out/2019	Nov/2019	Dez/2019	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	21.910.004,12	16.487.455,57	16.462.254,34	16.360.051,13	16.419.384,04	16.618.119,24	16.527.558,72	16.321.712,31	16.546.923,55	16.710.823,99	25.147.648,24	19.537.459,98	215.049.395,23	310.313,56
Pessoal Ativo	17.332.392,65	13.386.855,35	13.392.252,30	13.291.809,76	13.358.559,25	13.455.890,48	13.324.785,43	13.139.840,89	13.289.550,15	13.371.774,11	20.418.685,17	16.363.800,78	174.126.196,32	269.681,06
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	15.431.454,73	11.476.141,08	11.457.210,07	11.387.025,59	11.444.461,43	11.534.480,57	11.415.568,68	11.235.942,57	11.364.181,47	11.448.141,09	16.592.993,45	14.364.018,46	149.151.619,19	269.681,06
Obrigações Patronais	1.900.937,92	1.910.714,27	1.935.042,23	1.904.784,17	1.914.097,82	1.921.409,91	1.909.216,75	1.903.898,32	1.925.368,68	1.923.633,02	3.825.691,72	1.999.782,32	24.974.577,13	-
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.577.611,47	3.100.600,22	3.070.002,04	3.068.241,37	3.060.824,79	3.162.228,76	3.202.773,29	3.181.871,42	3.257.373,40	3.339.049,88	4.728.963,07	3.173.659,20	40.923.198,91	40.632,50
Aposentadorias, Reserva e Reformas	3.196.667,64	2.144.761,28	2.144.786,83	2.143.026,16	2.135.609,58	2.131.175,13	2.257.911,42	2.251.305,03	2.222.736,59	2.197.109,39	3.285.478,09	2.209.135,89	28.319.703,03	-
Pensões	1.380.943,83	955.838,94	925.215,21	925.215,21	925.215,21	1.031.053,63	944.861,87	930.566,39	1.034.636,81	1.141.940,49	1.443.484,98	964.523,31	12.603.495,88	40.632,50
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	4.577.611,47	3.103.249,61	3.070.002,04	3.096.231,28	3.152.932,94	3.162.228,76	3.204.566,17	3.227.065,62	3.284.209,08	1.978.040,18	2.293.261,97	1.795.781,81	35.945.180,93	40.632,50
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	2.649,39	-	27.989,91	92.108,15	-	1.792,88	45.194,20	26.835,68	30.628,30	30.572,80	32.595,25	290.366,56	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	4.577.611,47	3.100.600,22	3.070.002,04	3.068.241,37	3.060.824,79	3.162.228,76	3.202.773,29	3.181.871,42	3.257.373,40	1.947.411,88	2.262.689,17	1.763.186,56	35.654.814,37	40.632,50
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	17.332.392,65	13.384.205,96	13.392.252,30	13.263.819,85	13.266.451,10	13.455.890,48	13.322.992,55	13.094.646,69	13.262.714,47	14.732.783,81	22.854.386,27	17.741.678,17	179.104.214,30	269.681,06

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	905.658.589.594,29	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa + IIIb)	179.373.895,36	0,019806
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	415.932.763,86	0,045926
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	395.136.125,66	0,043630
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	374.339.487,47	0,041333

FONTE: SIAFI, CCOFI/SOF/TRE-CE, Emitido em 22/JAN/2020 às 8h e 15min

¹ Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1) Limite Máximo e Prudencial estabelecido pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 28, de 21 de janeiro de 2020, publicada no D.O.U. nº 15, Seção 1, de 22 de janeiro de 2020.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")													R\$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS		DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃ PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (g)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (h) = (f - g)		
			Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)							
			De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)									
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)		32.386.859,49	1.422.084,87	163.732,49	9.210.724,93-	0,02	21.590.317,18	21.590.317,18	-	-			
Recursos Ordinários		32.386.859,49	1.422.084,87	163.732,49	9.210.724,93	0,02	21.590.317,18	21.590.317,18	-	-			
0100 - Recursos Ordinários		32.386.859,49	1.422.084,87	163.732,49	9.210.724,93	0,02	21.590.317,18	21.590.317,18	-	-			
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	-	-	-	-			
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)		625.334,67	25.244,96	3.257,68	-	138.362,92	458.469,11	40.632,50	-	417.836,61			
Recursos destinados ao RPPS		64.089,17	14.243,62	3.257,68	-	-	46.587,87	40.632,50	-	5.955,37			
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor Servidor		6.793,45	374,80	463,28	-	-	5.955,37	-	-	5.955,37			
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor		57.295,72	13.868,82	2.794,40	-	-	40.632,50	40.632,50	-	-			
Recursos de Operações de Crédito		1.377,82	1.377,82	-	-	-	-	-	-	-			
0188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		1.377,82	1.377,82	-	-	-	-	-	-	-			
Outros Recursos Vinculados		559.867,68	9.623,52	-	-	138.362,92	411.881,24	-	-	411.881,24			
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário		86.382,25	9.623,52	-	-	-	76.758,73	-	-	76.758,73			
0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados		335.122,51	-	-	-	-	335.122,51	-	-	335.122,51			
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social		-	-	-	-	-	-	-	-	-			
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia		-	-	-	-	-	-	-	-	-			
0190 - Recursos Diversos		138.362,92	-	-	-	138.362,92	-	-	-	-			
0327 - Custas e Emolumentos - PJ - Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	-	-	-	-			
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	-	-	-	-			
TOTAL (III) = (I + II)		33.012.194,16	1.447.329,83	166.990,17	9.210.724,93	138.362,94	22.048.786,29	21.630.949,68	-	417.836,61			

FONTE: SIAFI, CCOFI/SOF/TRE-CE, Emitido em 22/JAN/2020 às 8h e 15min

Notas:

1. O modelo estabelecido na 9ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos.

2. Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos.

3. Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" foram incluídos os valores de limite de restos a pagar autorizado no montante de R\$ 30.082.514,62.

ANEXO III

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

LRF, art. 48 - Anexo 6												R\$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA						VALOR ATÉ O BIMESTRE						
Receita Corrente Líquida						905.658.589.594,29						
DESPESA COM PESSOAL						VALOR	% SOBRE A RCL					
Despesa Total com Pessoal - DTP						179.373.895,36	0,019806					
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)						415.932.763,86	0,045926					
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)						395.136.125,66	0,043630					
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)						374.339.487,47	0,041333					
RESTOS A PAGAR						INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)					
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos						21.630.949,68	417.836,61					

FONTE: SIAFI, CCOFI/SOF/TRE-CE, Emitido em 22/JAN/2020 às 8h e 15min

ANEXO IV

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

					R\$ 1,00	
					DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)					215.359.708,79	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)					35.985.813,43	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)					179.373.895,36	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL						
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)					905.658.589.594,29	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100					0,019806%	
LIMITE MÁXIMO <%> \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III				% DA RCL	VALOR
					0,046058%	417.128.233,20
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	Portaria TSE nº478, de 26 de setembro de 2005		0,046012%	416.711.630,24
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	-		-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013		0,045926%	415.932.763,86
Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJIT/2015 \3					-	-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

IBERÊ COMIN NUNES
Secretário de Orçamento e Finanças

RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE
Secretário de Controle Interno

ORLEANES CAVALCANTI DE OLIVEIRA VIANA GOMES
Diretor - Geral
Em Exercício

Des. HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MÁXIMO
Presidente doTribunal

